

Nível de atividade

Tabela 1.1 – Índice de volume de vendas

Discriminação	Variação percentual				
	2012	Jan	Fev	Mar	Abr
No mês^{1/}					
Comércio varejista	3,2	-0,1	0,3	0,8	
Combustíveis e lubrificantes	0,0	2,5	-0,2	2,6	
Hiper, supermercados	8,4	-1,1	-0,5	-0,8	
Tecidos, vestuário e calçados	3,4	-3,0	1,1	1,0	
Móveis e eletrodomésticos	1,3	1,3	1,2	1,5	
Artigos farmacêuticos, médicos	1,3	0,2	2,3	0,8	
Livros, jornais, revistas e papelaria	2,0	-3,9	-5,3	-2,9	
Equipamentos e materiais para escritório	-2,6	5,6	-8,2	1,3	
Outros artigos de uso pessoal	3,0	1,0	-0,9	0,1	
Comércio ampliado	1,8	-0,9	0,6	0,7	
Materiais de construção	4,5	0,0	0,8	1,8	
Automóveis e motocicletas	-3,3	-2,2	-1,3	0,2	
Trimestre/trimestre anterior^{1/}					
Comércio varejista	3,0	3,5	4,0	2,7	
Combustíveis e lubrificantes	1,6	2,0	2,0	3,2	
Hiper, supermercados	3,1	4,6	6,9	3,2	
Tecidos, vestuário e calçados	1,5	1,5	2,0	0,4	
Móveis e eletrodomésticos	3,9	4,7	4,6	4,4	
Artigos farmacêuticos, médicos	2,1	2,2	3,3	3,2	
Livros, jornais, revistas e papelaria	4,3	1,8	-2,1	-7,3	
Equipamentos e materiais para escritório	9,3	11,4	3,9	0,7	
Outros artigos de uso pessoal	3,2	4,3	4,5	2,7	
Comércio ampliado	3,2	3,4	2,9	1,4	
Material de construção	5,1	6,0	6,5	4,7	
Automóveis e motocicletas	5,9	4,2	-0,5	-3,6	
No ano					
Comércio varejista	7,8	9,1	10,3	9,2	
Combustíveis e lubrificantes	-0,8	1,6	2,8	3,7	
Hiper, supermercados	8,5	10,8	11,4	9,3	
Tecidos, vestuário e calçados	1,5	-0,8	1,0	0,4	
Móveis e eletrodomésticos	13,2	13,3	15,8	14,9	
Artigos farmacêuticos, médicos	8,6	9,0	10,8	10,4	
Livros, jornais, revistas e papelaria	9,8	5,2	5,2	3,4	
Equipamentos e materiais para escritório	32,9	33,2	30,9	31,5	
Outros artigos de uso pessoal	13,1	9,2	9,3	7,6	
Comércio ampliado	8,3	5,7	7,3	6,2	
Materiais de construção	14,4	11,5	13,4	13,3	
Automóveis e motocicletas	7,8	-1,5	1,1	-0,3	

Fonte: IBGE

1/ Dados dessazonalizados.

O PIB cresceu, na margem com ajuste sazonal, 0,2% no trimestre encerrado em março, indicando recuperação bastante gradual da atividade. A evolução recente do agregado refletiu, de um lado, o desempenho favorável do consumo, em ambiente de expansão dos rendimentos reais e de manutenção dos indicadores de confiança em patamares elevados e, por outro, a retração nos investimentos, em linha com o desempenho desfavorável da indústria e com as incertezas associadas ao cenário econômico global. Indicadores relativos ao início do segundo trimestre revelam continuidade de crescimento da atividade na margem, movimento sustentado pela robustez do mercado doméstico.

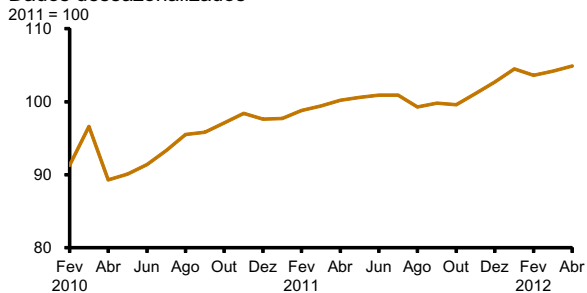
1.1 Comércio

As vendas do comércio, em especial nos segmentos mais fortemente relacionados às condições do mercado de trabalho, seguem em ritmo intenso. De fato, o comércio ampliado cresceu 1,4% no trimestre encerrado em abril de 2012, em relação ao finalizado em janeiro, quando havia aumentado 3,2%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ocorreram elevações nas vendas em oito dos dez segmentos pesquisados, ressaltando-se as relativas a material de construção, 4,7%; móveis e eletrodomésticos, 4,4%; e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, 3,2%, contrastando com os recuos de 7,3% em livros, jornais, revistas e papelaria e de 3,6% nas relacionadas a veículos e motos, partes e peças, mais sensíveis às condições do mercado de crédito.

As vendas do comércio varejista, conceito que exclui os segmentos veículos e motos, partes e peças, e material de construção, registraram elevações respectivas de 2,7% e 3% nas bases de comparação mencionadas, destacando-se os aumentos trimestrais assinalados nas regiões Nordeste, 6,2%, e Norte, 4,6%.

Gráfico 1.1 – Índice de volume de vendas no varejo – Conceito ampliado

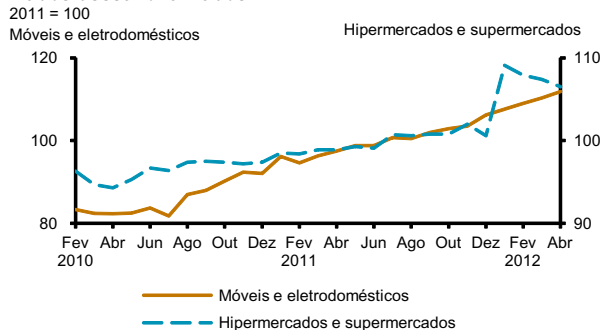
Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

Gráfico 1.2 – Índice de volume de vendas no varejo – Segmentos selecionados

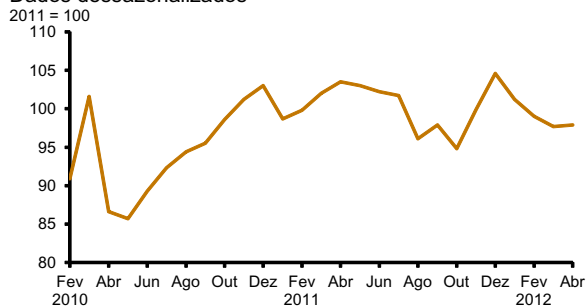
Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

Gráfico 1.3 – Índice de volume de vendas no varejo – Veículos e motos, partes e peças

Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

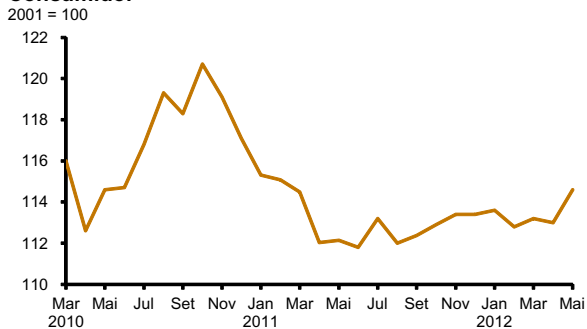
A trajetória de outros indicadores relacionados ao comércio varejista também sugere dinamismo no setor. As vendas reais dos supermercados, segmento com peso aproximado de 32% na PMC, cresceram 4,8% no trimestre finalizado em abril, em relação ao encerrado em janeiro, quando haviam aumentado 1,1%, nesse tipo de análise, considerados dados dessazonalizados da Associação Brasileira de Supermercados (Abras). O Índice Serasa Experian de Atividade do Comércio, de abrangência nacional, construído a partir de consultas mensais realizadas pelos estabelecimentos comerciais, registrou variações respectivas de 1,1% e 2,1% nas mesmas bases de comparação.

Em sentido oposto, as vendas de automóveis e comerciais leves, divulgadas pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), mais sensíveis às condições do mercado de crédito, recuaram 9% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando haviam crescido 1,4%, no mesmo tipo de comparação. Vale ressaltar, entretanto, que medidas de estímulo anunciadas na segunda quinzena de maio, em especial as reduções nas alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes sobre produtos da indústria automotiva e do IOF sobre operações de crédito no segmento de pessoas físicas, criam perspectivas favoráveis para a recuperação das vendas do setor automobilístico nos próximos meses.

Os indicadores de inadimplência permaneceram em patamar relativamente elevado nos primeiros meses do segundo trimestre de 2012. A relação entre o número de cheques devolvidos por insuficiência de fundos e o total de cheques compensados atingiu 6,5% em maio, ante 6,2% em igual mês de 2011, ressaltando-se os aumentos de 0,5 p.p. na região Centro-Oeste e de 0,3 p.p. nas regiões Sudeste e Sul. A inadimplência no estado de São Paulo atingiu 8,1% em maio, ante 8,5% em abril, de acordo com a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), enquanto o Indicador Serasa Experian de Inadimplência do Consumidor registrou aumento mensal de 5,9% em abril, considerados dados dessazonalizados.

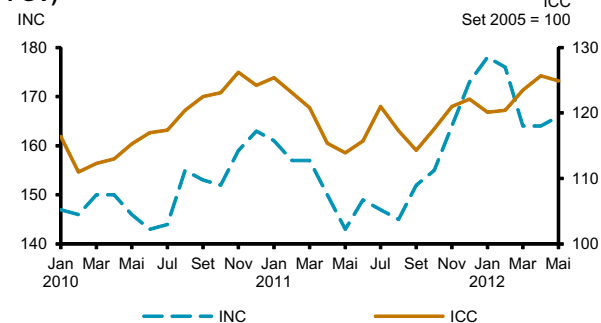
O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), após atingir patamar recorde em abril, registrou retração mensal de 1,2% em maio, resultado de retrações de 1,8% no Índice da Situação Atual (ISA) e de 1,1% no Índice de Expectativas (IE). Vale ressaltar, entretanto, que o indicador encontra-se em patamar 11,7 pontos superior ao registrado em maio de 2011 e 15,4 pontos acima de sua média histórica.

Gráfico 1.4 – Índice Nacional de Expectativa do Consumidor



Fonte: CNI

Gráfico 1.5 – Índice Nacional de Confiança (INC – ACSP) e Índice de Confiança do Consumidor (ICC – FGV)



Fontes: ACSP e FGV

Em sentido inverso, o Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (Inec), divulgado mensalmente a partir de março de 2010 pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), registrou elevação mensal de 1,4% em maio. O resultado refletiu melhoras nas avaliações relativas às expectativas de inflação e de desemprego, em oposição às piores assinaladas nos indicadores relacionados ao endividamento e à propensão dos consumidores em aumentar suas compras de bens de maior valor.

O Índice Nacional de Confiança (INC), elaborado pela Ipsos Public Affairs para a ACSP registrou elevação em maio, em relação ao mês anterior. A análise regional indica a ocorrência de aumento na confiança nas regiões Sul, 5,1%, Nordeste, 0,8%, e Sudeste, 0,6% e de redução na região Norte/Centro-Oeste, 2,5%.

O ICC, divulgado pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio SP) e restrito ao município de São Paulo, atingiu 163 pontos em maio, ante 165 pontos no mês anterior e 153 pontos em maio de 2011. A retração mensal decorreu de recuo de 7 pontos no Índice de Condições Econômicas Atuais (Icea) e de elevação de 1,5 ponto no Índice de Expectativa do Consumidor (IEC). Ressalte-se que o indicador encontra-se em patamar próximo ao recorde alcançado em fevereiro de 2012.

O IEC, calculado pela Fecomércio-RJ para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, apresentou elevação mensal de 0,4% em abril, reflexo de retração de 0,1% no componente Situação Financeira Presente e aumento de 1% no indicador Expectativas Financeiras.

1.2 Produção

Produção industrial

A produção física da indústria decresceu 0,1% no trimestre encerrado em abril, em relação ao finalizado em janeiro, quando havia recuado 1,3%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), do IBGE. A indústria extrativa cresceu 1,5% e a de transformação registrou retração de 0,2%, com ênfase nas reduções nas atividades fumo, 15,8%; diversos, 4,4%; e veículos automotores, 4,3%. Em oposição, ocorreram aumentos nas indústrias de calçados e couro, 8,4%; máquinas para escritório e equipamentos de informática, 5,4%; e refino de petróleo e álcool, 3,8%.

Tabela 1.2 – Produção industrialTrimestre/trimestre anterior^{1/}

Discriminação	2012				%
	Jan	Fev	Mar	Abr	
Indústria geral	-1,3	-0,4	-0,7	-0,1	
Por seção					
Indústria extrativa	-1,4	-2,3	-3,3	1,5	
Indústria de transformação	-0,7	0,2	-0,3	-0,2	
Por categoria de uso					
Bens de capital	-5,2	-5,6	-9,3	-2,6	
Bens intermediários	-0,8	-0,7	-1,0	-0,1	
Bens de consumo	0,8	1,9	1,0	-0,2	
Duráveis	0,6	2,8	-1,6	-2,9	
Semi e não duráveis	0,7	1,7	1,6	0,5	

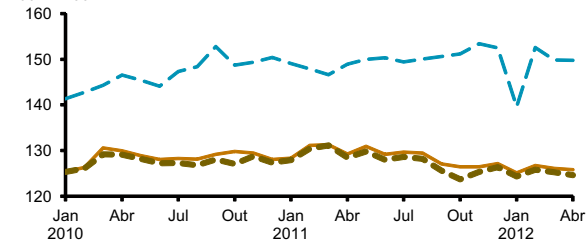
Fonte: IBGE

1/ Dados dessazonalizados.

Gráfico 1.6 – Produção industrial^{1/}

Indústria geral e seções

2002 = 100



— Indústria geral
 - - - Indústria extrativa
 - - - Indústria de transformação

Fonte: IBGE

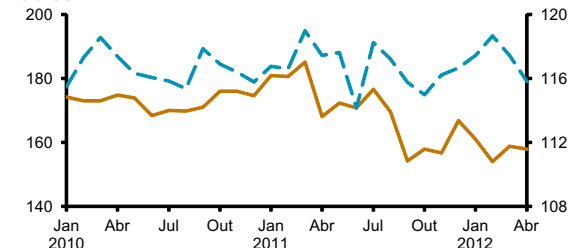
1/ Séries com ajuste sazonal.

Gráfico 1.7 – Produção industrial^{1/}

Bens de consumo

2002 = 100

Duráveis



— Duráveis
 - - - Semi e não duráveis

Fonte: IBGE

1/ Séries com ajuste sazonal.

A análise por categorias de uso revela que as indústrias de bens de consumo duráveis, bens de capital e de bens intermediários registraram recuos respectivos de 2,9%, 2,6% e 0,1%, no trimestre encerrado em abril, contrastando com a expansão de 0,5% na produção de bens de consumo semi e não duráveis.

O pessoal ocupado na indústria recuou 0,4% no trimestre encerrado em abril, em relação ao terminado em janeiro, segundo dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Empregos e Salários (Pimes) do IBGE. No mesmo período, a folha de pagamento real cresceu 3,4%.

A utilização da capacidade instalada (UCI) da indústria de transformação atingiu 84% em maio, de acordo com dados dessazonalizados da Sondagem da Indústria de Transformação (SIT) da FGV, ante 83,9% em abril. O indicador cresceu 0,3 p.p., para 83,9%, no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, resultado de aumentos de 1 p.p. nas indústrias de bens intermediários e de bens de consumo não duráveis e de 0,1 p.p. na indústria de bens de consumo duráveis, e de retração de 0,7 p.p. na UCI da indústria de bens de capital.

Os estoques industriais, após recuarem nos quatro primeiros meses do ano, voltaram a se elevar em maio. De acordo com a Sondagem da Indústria de Transformação da FGV, o índice de estoques da indústria atingiu 104,6 pontos em maio¹, ante 102,7 pontos em abril e 101,6 pontos em igual mês de 2011.

O Índice de Confiança da Indústria² (ICI), considerados dados dessazonalizados da FGV, apresentou aumento mensal de 0,1 ponto em maio, para 103,4 pontos. A recuperação do otimismo do setor industrial, iniciada ao final de 2011, prosseguiu no trimestre encerrado em maio, quando o ICI médio cresceu 1 ponto em relação ao trimestre encerrado em fevereiro, evolução decorrente de aumentos nos indicadores relacionados às indústrias de bens de capital, 2,5 pontos, e de bens intermediários, 0,9 ponto, e de recuos respectivos de 6,4 pontos e 0,1 ponto nos relativos às indústrias de bens de consumo duráveis e de bens e consumo não duráveis.

O Índice de Gerentes de Compras (PMI)³, considerada a série dessazonalizada pela Markit, atingiu 49,3 pontos em

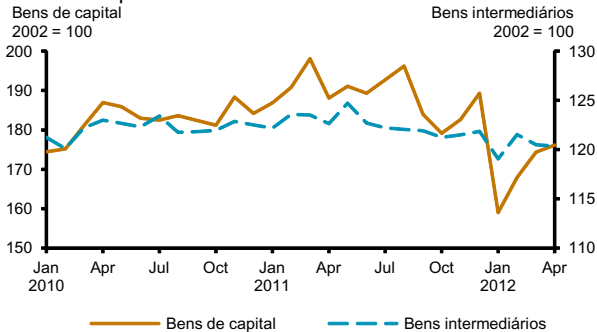
1/ Observe-se que, neste caso, calculou-se o complemento de 200 pontos do índice original divulgado pela FGV, de modo que valores acima de 100 indicam estoques excessivos.

2/ Valores acima de 100 pontos indicam sentimento de otimismo.

3/ O PMI sintetiza a evolução mensal dos indicadores de novos pedidos, produção, emprego, prazo de entrega e estoque de insumos. Valores superiores a 50 representam expansão mensal da atividade.

Gráfico 1.8 – Produção industrial^{1/}

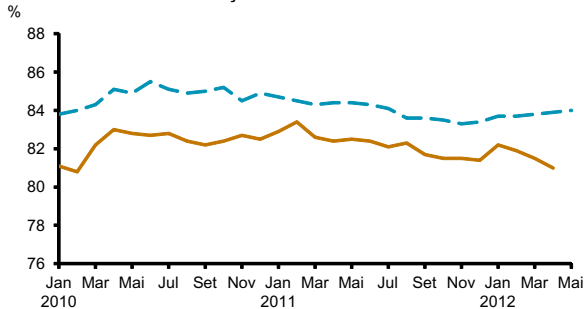
Bens de capital e intermediários



Fonte: IBGE
1/ Séries com ajuste sazonal.

Gráfico 1.9 – Utilização da capacidade instalada^{1/}

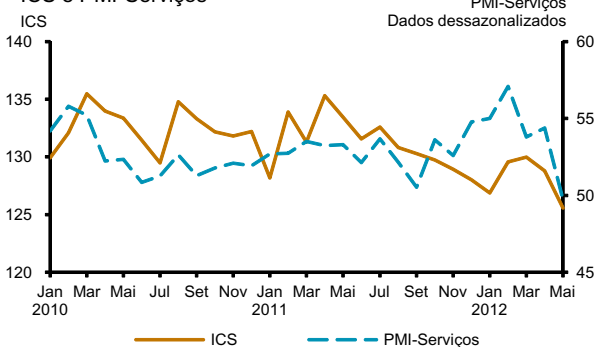
Indústria de transformação



Fontes: CNI e FGV
1/ Séries com ajuste sazonal.

Gráfico 1.10 – Índice de Confiança de Serviços

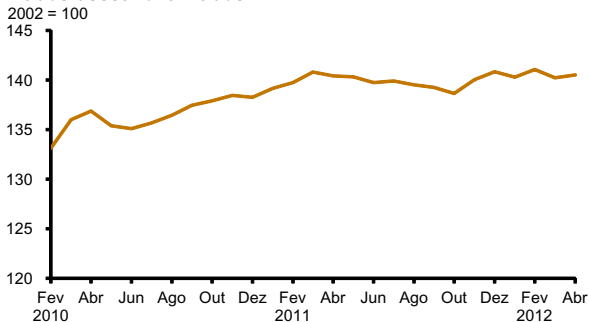
ICS e PMI-Serviços



Fontes: FGV e Markit

Gráfico 1.11 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central

Dados dessazonalizados



maio, sinalizando contração da atividade industrial pelo segundo mês seguido e revertendo a trajetória de expansão observada no primeiro trimestre do ano.

Serviços

O Índice de Confiança de Serviços (ICS), da FGV, que reflete a confiança do empresariado do setor de serviços, recuou 2,5% em maio, em bases mensais, ante variações de -0,9% em abril e de 0,3% em março. O resultado de maio decorreu de recuos de 3% no Índice de Expectativas (IE-S) e de 1,9% no Índice de Situação Atual (ISA-S). Ressalte-se que, em maio, o ICS registrou a décima retração consecutiva em base interanual.

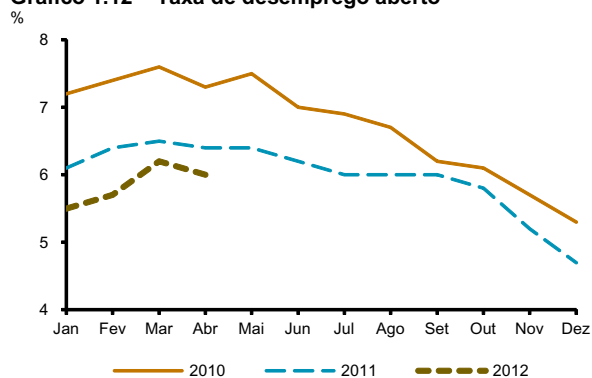
O Índice de Gerentes de Compras (PMI-Serviços) relacionado ao quesito atividade de negócios atingiu 49,7 pontos em maio, ante 54,4 pontos em abril, primeiro indicativo de retração desde agosto de 2009. O indicador sem ajuste sazonal atingiu 50,9 pontos no mês, ante 55,5 pontos em abril e em maio de 2011.

Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br), sugerindo continuidade do ritmo de crescimento moderado da atividade, aumentou 0,15% no trimestre encerrado em abril de 2012, em relação ao finalizado em janeiro, quando havia registrado crescimento de 0,89%, nesse tipo de análise, dados dessazonalizados. Consideradas variações interanuais, o indicador registrou queda de 0,02% em abril, ante elevações de 0,91% em março, 0,86% em fevereiro e 1,45% em janeiro.

1.3 Mercado de trabalho

A taxa de desemprego, divulgada pela Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do IBGE, que considera as seis principais regiões metropolitanas do país, atingiu 6,0% em abril de 2012. Considerando dados dessazonalizados pelo Banco Central, a taxa de desemprego registrou média de 5,7% no trimestre encerrado em abril, ante 5,6% naquele encerrado em janeiro, resultado de crescimento de 0,8% do pessoal ocupado e de 0,9% da População Economicamente Ativa (PEA).

Gráfico 1.12 – Taxa de desemprego aberto

Fonte: IBGE

Tabela 1.3 – Evolução do emprego formal

Discriminação	Novos postos de trabalho – Acumulado no período (em mil)			
	2011	2012		
		1º trim	Abr	No ano ^{2/}
Total	1 566,0	381,2	217,0	598,2
Indústria de transformação	174,7	52,0	30,3	82,3
Comércio	368,6	-36,6	33,7	-2,9
Serviços	786,3	237,8	82,9	320,7
Construção civil	149,0	105,9	40,6	146,6
Agropecuária	50,5	-5,2	21,9	16,7
Serviços ind. de util. pública	7,7	2,9	2,1	5,0
Outros ^{1/}	29,3	24,3	5,5	29,8

Fonte: MTE

1/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

2/ Acumulado de janeiro a abril.

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram gerados 479,3 mil postos de trabalho no trimestre encerrado em abril, ante 645,7 mil no período correspondente de 2011, dos quais 259,2 mil no setor de serviços, 104,4 mil na construção civil e 44,9 mil na indústria de transformação.

O rendimento médio real habitualmente recebido do trabalho principal nas regiões abrangidas pela PME cresceu 5,4% no trimestre encerrado em abril, em relação a igual intervalo de 2011, registrando-se elevações respectivas de 8,5%, 5,5% e 3,9% nos segmentos de ocupados por conta própria e de empregados do setor privado sem carteira e com carteira assinada. A análise setorial revela que os aumentos mais acentuados ocorreram nas atividades serviços domésticos, 9,2%; outros serviços, que abrange atividades de alojamento, transporte, limpeza urbana e serviços pessoais, 8,9%; e construção civil, 8,7%. A massa salarial real, produto do rendimento médio habitual pelo número de ocupados, cresceu 7,3% no período.

1.4 Produto Interno Bruto

O PIB cresceu 0,2% no primeiro trimestre de 2012, em relação ao quarto trimestre do ano anterior, de acordo com dados dessazonalizados das Contas Nacionais Trimestrais do IBGE.

A análise sob a ótica da oferta revela que o desempenho do PIB, na margem, decorreu de variações respectivas de -7,3%, 1,7% e 0,6% no setor primário, na indústria e nos serviços. Ressalte-se que o crescimento do setor industrial ocorreu após três recuos trimestrais consecutivos.

O exame dos componentes da demanda revela que o consumo do governo e o consumo das famílias registraram aumentos trimestrais respectivos de 1,5% e 1%, contrastando com a retração de 1,8% na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). No âmbito do setor externo, as importações aumentaram 1,1% e as exportações, 0,2%.

O PIB registrou aumento de 0,8% em relação ao primeiro trimestre de 2011, resultado de variações, segundo a ótica da produção, de 1,6% nos serviços, 0,1% na indústria e de -8,5% na agropecuária. No setor terciário, as atividades que apresentaram dinamismo mais acentuado foram serviços

Revisão da Projeção para o PIB de 2012

A projeção de crescimento para o Produto Interno Bruto (PIB) foi revisada de 3,5%, divulgada nos dois últimos Relatórios de Inflação, para 2,5%. A nova estimativa incorpora os resultados do primeiro trimestre 2012; dados preliminares referentes ao segundo trimestre, período em que a retomada da atividade vem ocorrendo de forma bastante gradual; e a atualização do cenário macroeconômico para a segunda metade do ano.

A produção agropecuária deverá recuar 1,5% no ano, conforme a Tabela 1. Ressalte-se que a redução de 4 p.p. em relação à estimativa anterior reflete, em especial, o resultado negativo registrado no primeiro trimestre do ano, quando o produto do segmento decresceu 8,5% em relação ao período equivalente de 2011, com destaque para as perdas na produção de soja.

A expansão anual do setor industrial para 2012 está estimada em 1,9%. A redução de 1,8 p.p. em relação à estimativa anterior evidencia as revisões relacionadas à indústria extrativa, de 5% para 3%; à indústria de transformação, de 3% para 0,5%; à construção civil, de 5% para 4% e à produção e distribuição de eletricidade, gás e água, de 3,6% para 3,5%.

O crescimento projetado para o setor de serviços foi revisto de 3,3% para 2,8%, resultado de reduções nas estimativas de expansão de seis das sete atividades incluídas na análise, ressaltando-se as registradas nos segmentos intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relativos, de 6,5% para 4,0%; outros serviços, de 2,5% para 1,9%; e transporte, armazenagem e correio, 3,9% para 3,3%. Essas alterações, além de

Tabela 1 – Produto Interno Bruto

Acumulado no ano

Discriminação	Variação %					
	2011				2012	
	I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri	IV Tri ^{1/}
Agropecuária	3,3	1,2	2,8	3,9	-8,5	-1,5
Indústria	3,8	2,9	2,3	1,6	0,1	1,9
Extrativa mineral	3,3	3,2	3,0	3,2	2,2	3,0
Transformação	2,9	2,3	1,2	0,1	-2,6	0,5
Construção civil	5,5	3,8	3,8	3,6	3,3	4,0
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	5,0	4,2	4,1	3,8	3,6	3,5
Serviços	4,0	3,8	3,2	2,7	1,6	2,8
Comércio	5,4	5,5	4,1	3,4	1,6	3,4
Transporte, armazenagem e correio	4,6	3,9	3,2	2,8	1,2	3,3
Serviços de informação	4,5	5,2	4,9	4,9	4,1	4,7
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	6,3	5,6	4,7	3,9	0,3	4,0
Outros serviços	3,5	3,5	2,8	2,3	0,5	1,9
Atividades imobiliárias e aluguel	1,7	1,6	1,5	1,4	1,2	1,5
Administração, saúde e educação públicas	3,0	2,9	2,6	2,3	2,9	2,5
Valor adic. a preços básicos	3,9	3,4	2,9	2,5	0,6	2,3
Impostos sobre produtos	6,5	6,2	5,1	4,3	1,6	3,5
PIB a preços de mercado	4,2	3,8	3,2	2,7	0,8	2,5

Fonte: IBGE e Banco Central

1/ Estimativa.

Tabela 2 – Produto Interno Bruto – Ótica da demanda

Acumulado no ano

Discriminação	Variação %					
	2011				2012	
	I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri	IV Tri ^{1/}
PIB a preços de mercado	4,2	3,8	3,2	2,7	0,8	2,5
Consumo das famílias	6,0	5,8	4,8	4,1	2,5	3,5
Consumo do governo	1,8	2,7	2,2	1,9	3,4	3,2
Formação Bruta de						
Capital Fixo	8,8	7,5	5,7	4,7	-2,1	1,0
Exportação	4,0	5,2	4,8	4,5	6,6	4,1
Importação	13,4	14,1	11,0	9,7	6,3	5,6

Fonte: IBGE e Banco Central

1/ Estimativa.

incorporarem os resultados relativos ao primeiro trimestre e variáveis coincidentes do segundo trimestre, consideram o impacto sobre o setor de serviços das revisões nas estimativas de crescimento dos setores primário e secundário.

No âmbito da demanda agregada (Tabela 2), a nova projeção considera crescimento de 3,5% para o consumo das famílias, ante 4% na estimativa anterior enquanto a previsão para o consumo de governo foi mantida em 3,2%.

A estimativa para o crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) foi reduzida de 5% para 1%, revisão associada ao recuo interanual de 2,1% registrado no primeiro trimestre e aos indicativos, considerado o desempenho de variáveis coincidentes, de recuperação moderada no segundo trimestre. Para o segundo semestre, espera-se recuperação consistente deste componente da demanda, tanto na parte associada à construção civil como na vinculada à absorção de máquinas e equipamentos.

Em relação ao componente externo da demanda, as exportações e as importações de bens e serviços devem registrar elevações anuais de 4,1% e 5,6%, respectivamente, ante estimativas anteriores de 3% e 7%. A revisão no prognóstico para as vendas externas está em linha com o resultado do primeiro trimestre e as perspectivas de baixo crescimento global, enquanto a redução na estimativa para as importações incorpora o resultado do primeiro trimestre e leva em conta o recuo nas projeções para o consumo das famílias e para a formação bruta de capital fixo.

A contribuição da demanda interna para a expansão anual do PIB está estimada em 2,7 p.p., a menor desde 2005, excetuando-se o ano de 2009, enquanto o setor externo deverá exercer impacto negativo de 0,2 p.p. para a evolução do agregado em 2012.

Tabela 1.4 – Produto Interno Bruto

Acumulado no ano

Discriminação	Variação %				
	2011				2012
	I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
Agropecuária	3,3	1,2	2,8	3,9	-8,5
Indústria	3,8	2,9	2,3	1,6	0,1
Extrativa mineral	3,3	3,2	3,0	3,2	2,2
Transformação	2,9	2,3	1,2	0,1	-2,6
Construção civil	5,5	3,8	3,8	3,6	3,3
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	5,0	4,2	4,1	3,8	3,6
Serviços	4,0	3,8	3,2	2,7	1,6
Comércio	5,4	5,5	4,1	3,4	1,6
Transporte, armazenagem e correio	4,6	3,9	3,2	2,8	1,2
Serviços de informação	4,5	5,2	4,9	4,9	4,1
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	6,3	5,6	4,7	3,9	0,3
Outros serviços	3,5	3,5	2,8	2,3	0,5
Atividades imobiliárias e aluguel	1,7	1,6	1,5	1,4	1,2
Administração, saúde e educação públicas	3,0	2,9	2,6	2,3	2,9
Valor adic. a preços básicos	3,9	3,4	2,9	2,5	0,6
Impostos sobre produtos	6,5	6,2	5,1	4,3	1,6
PIB a preços de mercado	4,2	3,8	3,2	2,7	0,8
Consumo das famílias	6,0	5,8	4,8	4,1	2,5
Consumo do governo	1,8	2,7	2,2	1,9	3,4
Formação Bruta de					
Capital Fixo	8,8	7,5	5,7	4,7	-2,1
Exportação	4,0	5,2	4,8	4,5	6,6
Importação	13,4	14,1	11,0	9,7	6,3

Fonte: IBGE

Tabela 1.5 – Produto Interno Bruto

Trimestre ante trimestre imediatamente anterior

Dados dessazonalizados

Discriminação	Variação %				
	2011				2012
	I Tri	II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
PIB a preços de mercado	0,9	0,5	-0,1	0,2	0,2
Agropecuária	6,8	-1,8	1,2	-0,1	-7,3
Indústria	1,4	-0,4	-0,8	-0,5	1,7
Serviços	0,5	0,8	-0,3	0,4	0,6
Consumo das famílias	0,5	0,6	-0,1	1,0	1,0
Consumo do governo	-0,2	2,1	-0,8	0,5	1,5
Formação Bruta de					
Capital Fixo	2,1	1,1	-0,6	-0,6	-1,8
Exportação	-2,2	2,1	1,8	1,8	0,2
Importação	1,1	4,9	-1,8	2,1	1,1

Fonte: IBGE

de informação, 4,1%, e administração, educação e saúdes públicas, 2,9%. O resultado da indústria refletiu a retração de 2,6% na indústria de transformação, parcialmente neutralizada pelos crescimentos na produção e distribuição de eletricidade, gás e água, 3,6%, e na construção civil, 3,3%. O desempenho negativo do setor primário evidenciou, em especial, os resultados adversos nas culturas de soja, arroz, e fumo.

No âmbito da demanda, o componente interno exerceu contribuição de 0,8 p.p. para o crescimento interanual do PIB, ante 1,7 p.p. no trimestre encerrado em dezembro de 2011, resultado de variações no consumo do governo, 3,4%; no consumo das famílias, 2,5%; e na FBCF, -2,1%. O setor externo, traduzindo aumentos respectivos de 6,3% e 6,6% nas importações e nas exportações, exerceu contribuição nula no período.

1.5 Investimentos

Os investimentos, excluídas as variações de estoques, recuaram 2,1% no primeiro trimestre de 2011, em relação a igual período do ano anterior, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do IBGE. Considerados dados dessazonalizados, a FBCF decresceu 1,8% em relação ao trimestre encerrado em dezembro de 2011, quando apresentara retração de 0,6%, mantendo-se em patamar semelhante ao do último trimestre de 2010.

A absorção de bens de capital decresceu 9,7% no primeiro trimestre do ano, em relação a igual período de 2011, resultado de variações respectivas de -11,6%, 8,2% e 4,3% na produção, exportação e importação desses bens. O recuo na produção de bens de capital decorreu de retrações em cinco das sete atividades classificadas na categoria, com destaque para a redução de 16,3% na indústria de equipamentos de transporte⁴.

Os desembolsos do sistema BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) e BNDES Participações S.A. (BNDESPar) – somaram R\$24,5 bilhões no primeiro trimestre de 2012, recuando 1,5% em relação a igual período do ano anterior. Os recursos destinados às indústrias extrativa e de transformação contraíram-se 63,8% e 12,7%, respectivamente, enquanto os desembolsos

4/ O resultado negativo registrado nesta indústria refletiu a antecipação da produção de veículos pesados ao longo do segundo semestre de 2011. Esse posicionamento das empresas ocorreu em resposta à obrigatoriedade, a partir do início de 2012, da utilização de tecnologia mais eficiente, e de custo mais elevado, no que se refere a emissão de poluentes.

Tabela 1.6 – Produção industrial

Discriminação	Variação % acumulada no ano			
	2012			
	Jan	Fev	Mar	Abr
Insumos da construção civil	3,3	2,5	3,4	3,5
Bens de capital	-13,1	-14,6	-11,6	-9,8
Tipicamente industrializados	3,9	4,8	1,3	1,4
Agrícolas	32,1	17,4	10,8	8,7
Peças agrícolas	-24,3	-20,9	-21,9	-27,3
Construção	3,7	-9,3	-12,6	-12,6
Energia elétrica	-34,2	-31,5	-22,4	-18,0
Equipamentos de transporte	-26,2	-23,2	-16,3	-14,7
Misto	-5,8	-8,8	-9,2	-6,7

Fonte: IBGE

para a agropecuária e o comércio e serviços aumentaram, na ordem, 4,8% e 6%. Os recursos absorvidos pelos segmentos comércio e serviços, e indústria de transformação representaram 65% e 24,8%, respectivamente, do total dos desembolsos do período.

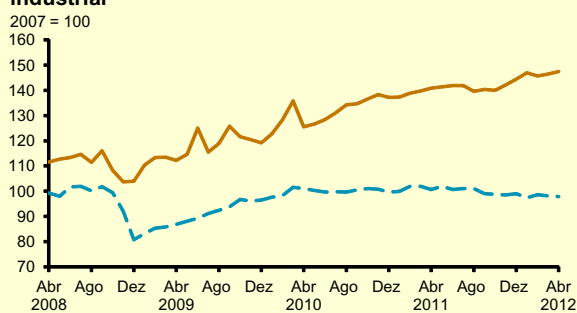
1.6 Conclusão

A economia brasileira manteve ritmo de crescimento modesto no primeiro trimestre do ano, a despeito do desempenho favorável do mercado de trabalho e, principalmente, do consumo das famílias. Destaque-se a contribuição negativa do setor agropecuário para o crescimento econômico nesse começo de 2012, influenciada por significativas quebras de safra nas culturas de soja, arroz e fumo.

A evolução de importantes indicadores no segundo trimestre do ano sinaliza a continuidade da retomada gradual da economia brasileira, processo que tende a se acentuar no segundo semestre, favorecido pelos efeitos defasados e cumulativos das ações de política monetária e pelo impacto das medidas recentes de estímulo à atividade industrial e ao consumo.

Consumo Aparente de Bens Industriais: evolução recente e contribuição dos componentes

Gráfico 1 – Comércio ampliado e produção industrial^{1/}



Fonte: IBGE
1/ Séries dessazonalizadas.

As estatísticas relacionadas às vendas do comércio e à produção da indústria sugerem que o dinamismo registrado pela demanda interna no período recente não vem sendo acompanhado pelo desempenho do setor industrial, conforme Gráfico 1. Nesse cenário, elevações da demanda interna ao menos parcialmente devem ser atendidas por importação de bens. Este boxe analisa a evolução do consumo aparente de bens industriais no período de 2008 a 2011 e no primeiro quadrimestre de 2012, com ênfase no desempenho de seus componentes¹.

O consumo aparente de bens industriais é definido como o total da produção industrial doméstica e importações, deduzidas as exportações desses bens. Para cálculo do consumo aparente, foram utilizados, na ordem, o índice de produção física da indústria, da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física – Brasil (PIM-PF–Brasil) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o índice de *quantum* total das importações de manufaturados e o de exportações, conforme divulgados pela Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex)². Os resultados encontram-se na Tabela 1.

Cabe notar que o consumo aparente de bens industriais cresceu 16,7% de 2008 a 2011, ante expansão de 15,8% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo observadas oscilações significativas coincidentes com a crise internacional em 2009 e com o agravamento da crise europeia. Nesse período,

1/ O exercício foi realizado para a indústria geral e para três categorias de uso selecionadas. Não foi incluído o segmento de bens intermediários, em virtude de as classificações por categorias de uso do IBGE e da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) não serem plenamente compatíveis, principalmente no caso dos bens intermediários, onde a Funcex exclui os combustíveis, divulgando-os num índice à parte.

2/ Os pesos dos componentes do consumo aparente de bens industriais foi determinado a partir dos respectivos valores disponíveis no Sistema de Contas Nacionais (SCN) do IBGE de 2009. Foi considerada para os três componentes a soma dos valores referentes às indústrias extrativa e de transformação. A desagregação por categorias de uso considerou os pesos desses segmentos na PIMPF-Brasil e as participações de cada categoria de uso nos totais importados e exportados em 2009.

Tabela 1 – Consumo aparente de bens industriais – Indústria geral e categorias de uso selecionadas

Variação interanual e contribuição dos componentes

	Peso ^{1/}	2008		2009		2010		2011		2012 ^{2/}		Acumulado 2011-2007	
		Var. (%)	Contrib. (p.p.)	Var. (%)	Contrib. (p.p.)	Var. (%)	Contrib. (p.p.)	Var. (%)	Contrib. (p.p.)	Var. (%)	Contrib. (p.p.)	Var. (%)	Contrib. (p.p.)
Indústria geral													
Consumo	100,0	6,9	6,9	-6,3	-6,3	14,6	14,6	1,6	1,6	-2,4	-2,4	16,7	16,7
Produção	99,5	3,1	3,2	-7,4	-7,4	10,5	10,4	0,3	0,2	-2,8	-2,7	5,9	6,1
Importação	14,8	17,7	2,7	-16,9	-2,8	37,0	5,5	8,9	1,6	2,3	0,4	45,9	6,9
Exportação	-14,3	-5,0	1,0	-22,8	4,0	8,9	-1,3	1,7	-0,2	1,1	-0,1	-18,8	3,7
Bens de capital													
Consumo	100,0	21,5	21,5	-10,7	-10,7	26,0	26,0	5,5	5,5	-8,6	-8,6	44,3	44,3
Produção	86,5	14,3	14,2	-17,4	-16,3	20,9	18,0	3,3	2,7	-9,8	-7,9	17,8	17,7
Importação	26,7	34,6	8,4	-11,8	-3,2	39,8	10,7	12,9	3,8	4,4	1,3	87,5	21,4
Exportação	-13,3	5,0	-1,2	-42,7	8,8	20,0	-2,7	8,5	-1,1	18,5	-2,0	-21,7	5,2
Bens de consumo duráveis													
Consumo	100,0	8,4	8,4	-3,3	-3,3	13,6	13,6	2,3	2,3	-10,3	-10,3	21,8	21,8
Produção	94,9	3,8	3,9	-6,4	-6,3	10,3	9,7	-2,0	-1,9	-10,3	-9,2	5,0	5,1
Importação	11,4	43,1	3,6	-0,6	-0,1	47,8	5,5	27,1	4,0	-9,0	-1,5	167,2	14,1
Exportação	-6,3	-8,4	0,9	-32,7	3,0	24,6	-1,6	-1,8	0,1	-6,4	0,4	-24,6	2,6
Bens de consumo não duráveis													
Consumo	100,0	2,1	2,1	-0,9	-0,9	6,2	6,2	0,9	0,9	1,5	1,5	8,7	8,7
Produção	104,2	1,4	1,4	-1,5	-1,6	5,3	5,5	-0,2	-0,2	0,7	0,7	5,0	5,3
Importação	3,9	11,1	0,4	2,8	0,1	23,3	0,9	15,3	0,7	12,9	0,6	62,3	2,2
Exportação	-8,2	-3,4	0,3	-6,5	0,6	2,0	-0,2	-5,9	0,5	-2,0	0,1	-13,3	1,2

Fonte: IBGE e Funcex. Elaboração: BCB.

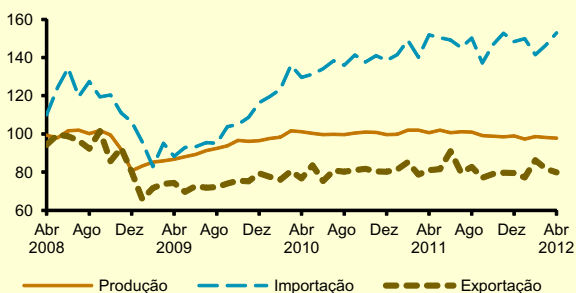
1/ Participação estimada no consumo aparente de bens industriais em 2009.

2/ Até abril.

a produção, as importações e as exportações de bens industriais registraram variações respectivas de 5,9%, 45,9% e -18,8%, exercendo contribuições de 6,1 p.p., 6,9 p.p. e 3,7 p.p. para a expansão acumulada do consumo desses bens. Vale ressaltar, ainda, que a participação dos importados no atendimento da expansão anual do consumo de bens industriais passou de, aproximadamente, 40% em 2008 e 2010, para 100% em 2011.

Gráfico 2 – Produção industrial, importação e exportação – Volume^{1/}

2007 = 100



Fonte: IBGE e Funcex

1/ Séries dessazonalizadas.

A decomposição do consumo aparente evidencia desempenhos distintos de seus componentes no período em análise, conforme ilustrado no Gráfico 2.

A análise por categorias de uso revela que o consumo de bens de capital cresceu 44,3% de 2008 a 2011, favorecido pelas medidas de incentivo ao investimento implementadas pelo governo nos últimos anos^{3/}; pelo otimismo do empresariado e melhores condições de crédito, em parte relevante

3/ Nesse sentido, pode-se citar como exemplos a Política de Desenvolvimento da Produção (PDP), lançada em 2008, que, entre outras medidas, incluiu o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), com a finalidade de estimular a produção, a aquisição e a exportação de bens de capital e a inovação tecnológica, e o Plano Brasil Maior (PBM), lançado em 2011, que também ampliou o PSI.

do período; e pela apreciação do real. A abertura por componentes do consumo mostra também que cerca de metade da demanda adicional por bens de capital foi atendida por importações, que cresceram 87,5% de 2008 a 2011 e, assim, responderam por 21,4 p.p. do aumento do consumo aparente de bens de capital, ante contribuição de 17,7 p.p. da produção doméstica.

O consumo de bens duráveis, segmento que mais se beneficiou das melhores condições nos mercados de trabalho e de crédito, cresceu 21,8% no quadriênio terminado em 2011. Entretanto, a produção interna desses bens aumentou 5% nesse período e respondeu por 5,1 p.p. do aumento da demanda. Por conseguinte, o volume importado de bens duráveis cresceu 167,2% e contribuiu com aproximadamente dois terços do aumento total do consumo no quadriênio.

A demanda por bens não duráveis, menos sensível ao crédito, registrou a menor taxa de crescimento entre os três segmentos, de 8,7% no período considerado. A produção interna se elevou 5% e respondeu por 5,3 p.p. do aumento registrado no quadriênio, comparativamente à contribuição de 2,2 p.p. de importações, que experimentaram expansão de 62,3%.

Em resumo, este Boxe trata da evolução da demanda doméstica por bens industriais no Brasil, a qual experimentou crescimento vigoroso no período de 2008 a 2011, em média, de 3,9% ao ano. A decomposição do consumo aparente revelou que, no quadriênio analisado, parte significativa do aumento do consumo doméstico foi atendida por produtos importados, em especial nos segmentos de bens de capital e de consumo duráveis.

Evidências do Aumento de Escolaridade Média da Força de Trabalho

Alguns aspectos relevantes sobre a evolução do mercado de trabalho do país, no período de 2003 a 2010, foram apresentados em boxe constante do Relatório de Inflação de setembro de 2011. Foi mencionado, por exemplo, que nesse período houve aumentos na ocupação e nos rendimentos reais, e expressiva redução da taxa de desemprego e do trabalho juvenil, bem como aumento da formalização, do nível de escolaridade dos trabalhadores e da carga horária¹.

Dada a relevância do tema para a política monetária, este boxe, objetiva aprofundar a análise feita no boxe anterior².

O Gráfico 1 apresenta a evolução da Taxa de Atividade³, com destaque para a redução acentuada no caso da parcela mais jovem da população, ainda em idade escolar, nas faixas de 10/15 anos (potencialmente cursando o ensino fundamental) e de 16/18 anos (potencialmente cursando o ensino médio). Esses dados sugerem aumento tanto na escolaridade média quanto na idade média dos indivíduos ao ingressarem no mercado de trabalho.

A fim de explorar esses pontos, considerou-se o subgrupo de pessoas desocupadas que buscam o primeiro emprego.

Nesse sentido, de acordo com o Gráfico 2, entre 2003 e 2011 a idade média das pessoas em

Gráfico 1 – Taxa de atividade

Por faixa etária (anos)

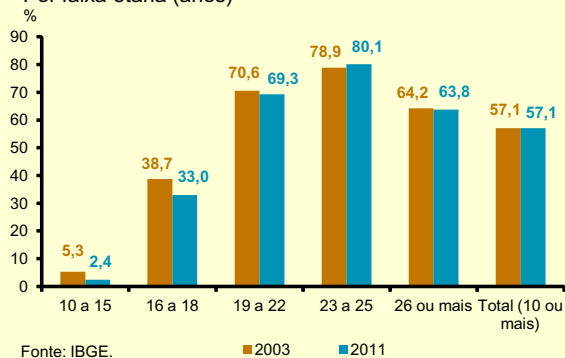
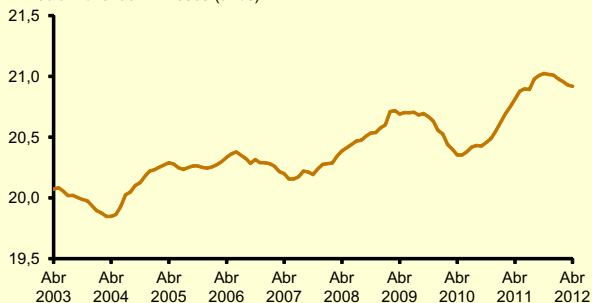


Gráfico 2 – Idade média

Desocupados em busca do 1º emprego

Média móvel de 12 meses (anos)



1/ O boxe Evolução Recente do Mercado de Trabalho no Brasil: Aspectos Quantitativos e Qualitativos encontra-se na página 17 do Relatório de Inflação de setembro de 2011.

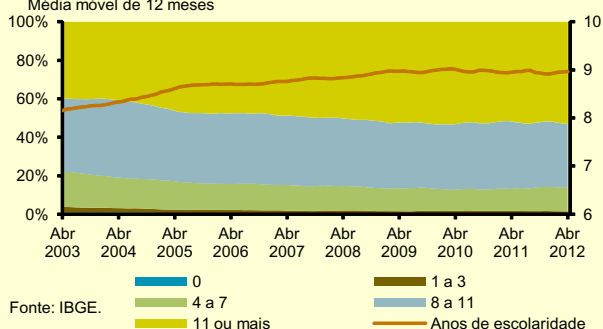
2/ A análise se baseia nos microdados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de abril de 2003 a abril de 2011.

3/ Taxa de atividade é a relação entre a População Economicamente Ativa (PEA) e a População em Idade Ativa (PIA) e representa, portanto, o percentual das pessoas que busca emprego e/ou está empregado.

busca do primeiro emprego passou de 19,9 anos para 21 anos, corroborando a hipótese de que as pessoas estão, em média, entrando com idade mais avançada no mercado de trabalho.

Gráfico 3 – Escolaridade e busca do 1º emprego

Tamanho relativo do grupo, por grau de instrução (área - eixo esquerdo)
Média de anos de escolaridade (linha - eixo direito)
Média móvel de 12 meses

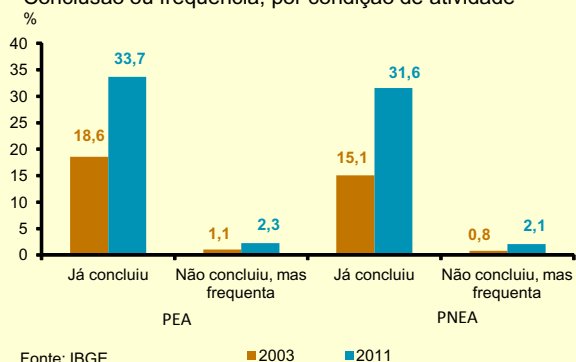


Por sua vez, o Gráfico 3 identifica a evolução da escolaridade do mesmo subgrupo⁴. Vale ressaltar que a parcela das pessoas que busca o primeiro emprego com 11 ou mais anos de estudo aumentou de 39,7%, em 2003, para 51,7% em 2008 percentual que se repetiu em 2011, com o número médio de anos de estudo se deslocando de 8,3 em 2003 para 8,9 em 2008, e se estabilizando nesse patamar.

Ressalte-se que a estabilidade registrada no número médio de anos de estudo dos indivíduos em busca do primeiro emprego (Gráfico 3) não sugere, necessariamente, interrupção do aumento da escolaridade média da força de trabalho, pois no cálculo da média considerou-se o limite inferior do intervalo⁵, portanto, eventuais alterações na distribuição dentro do intervalo foram desconsideradas.

Gráfico 4 – Realização de curso de qualificação

Conclusão ou frequência, por condição de atividade



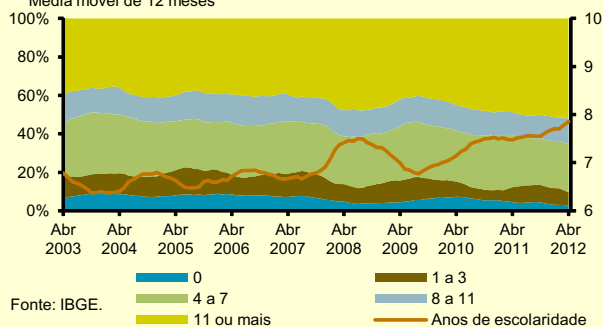
Existe, ainda, a possibilidade de o indivíduo estudar após o ingresso no mercado de trabalho. Entre as pessoas com 26 ou mais anos de idade que participavam da População Economicamente Ativa (PEA) em 2011, por exemplo, 4,6% frequentava algum curso formal. Em outra vertente, existe a possibilidade de participação em cursos de qualificação profissional que, embora não se reflitam sobre os anos de escolaridade (instrução formal) do indivíduo, contribuem para sua capacitação e aumento produtividade. A propósito, o Gráfico 4 mostra que, em 2011, 33,7% da PEA respondeu já ter concluído algum curso de qualificação profissional, ante 18,6% em 2003. E no caso da População Não Economicamente Ativa (PNEA), 31,6% e 15,1%, respectivamente.

4/ As áreas coloridas mostram a segmentação desse subgrupo por anos de escolaridade e a linha constitui a média de anos médios de estudo. A medida de escolaridade utilizada tem cinco categorias de escolaridade: (i) sem instrução ou menos de 1 ano de estudo; (ii) de 1 a 3 anos de estudo; (iii) de 4 a 7 anos de estudo; (iv) de 8 a 10 anos de estudo; e (v) 11 ou mais anos de estudo. Para a construção da série de anos médios de estudo, atribuiu-se a cada categoria o valor inferior do seu intervalo, isto é, 0, 1, 4, 8, 11, respectivamente. Ressalte-se que mudanças composicionais dentro de faixa não são captadas, e que isso pode se refletir na medida de anos médios de estudo. Por exemplo, aumento das pessoas com alguma instrução superior, em detrimento das pessoas com apenas o ensino médio completo, não afeta o tamanho da categoria “11 anos ou mais de estudo” e, portanto, não afeta a série de anos de escolaridade.

5/ Ver nota de rodapé anterior.

Gráfico 5 – Escolaridade e aposentadoria

Tamanho relativo do grupo, por grau de instrução (área - eixo esquerdo)
Média de anos de escolaridade (linha - eixo direito)
Média móvel de 12 meses



Fonte: IBGE.

Adicionalmente, em termos de migração de indivíduos da PEA para a PNEA⁶, o Gráfico 5 mostra que a escolaridade média da população que passa para a inatividade avançou de 6,4 em 2003 para 7,7 em 2011, o que também suporta a hipótese de aumento da escolaridade da PEA.

Em resumo, este box apresenta evidências de aumento, entre 2003 e 2011, do período de frequência à escola por indivíduos com idade até 18 anos. Além disso, as estatísticas apontam crescimento do nível de escolaridade das pessoas que estão se aposentando. Essas e outras evidências sugerem, por fim, melhora na qualificação da mão de obra, bem como na produtividade média do trabalhador ao longo dos últimos anos.

6/ Esse fenômeno ocorre quando os indivíduos que migram da PEA para a PNEA detém nível de instrução menor que a média da força de trabalho.